

Cinco fundos para converter nossa dívida

A criação dos cinco primeiros fundos de conversão da dívida externa em capital de risco, envolvendo cerca de US\$ 200 milhões, foi aprovada ontem pela Comissão de Valores Mobiliários. Ao dar a informação, o presidente da CVM, Arnoldo Wald, disse que a comissão estuda mais 15 pedidos de formação de fundos, no total de US\$ 600 milhões.

Foram autorizadas a atuar na conversão:

Fator S/A Corretora de Valores (Fundo Fator), Banco Bozzano Simonsen de Investimentos (Brasil Conversion Fund — FCCE), Sodril Corretora (Fundo Boston-Sodril), Chase Manhattan DTVM (Chase Fundo) e Banco Safra de Investimentos (Safra Fundo). Essas instituições ficam habilitadas a participar dos leilões conforme previsto na regulamentação a ser baixada pelo Banco Central e a se credenciarem junto ao BC para converter créditos ainda não vencidos do setor privado.

Arnoldo Wald explicou que a regulamentação do Banco Central para a operação dos fundos refere-se unicamente à conversão das dívidas das empresas do setor privado. Trata-se de “leilões às avessas”: em vez de se procurar o maior preço, o objetivo será o deságio da dívida em leilão, transformando dólares em menor número de cruzados. Todos os interessados em participar dos leilões deverão pré-qualificar-se junto ao Banco Central, especificando seus objetivos quanto aos projetos ou empresas envolvidas na conversão. O Banco Central — disse Wald — poderá recusar a participação que não estiver enquadrada em duas premissas básicas: conversão para capital de risco ou criação de riqueza — ou seja, expansão ou criação de novas empresas.

30

JAN 1988

O presidente da CVM informou também que o Banco Central, a Sest, a Secretaria do Tesouro e a própria Comissão já estão estudando a regulamentação para converter dívidas do setor estatal, que ele considera “um pouco mais complexa”. Não haverá leilões para esse setor, cuja conversão deverá envolver parcela dos US\$ 50 bilhões da dívida pública externa “e poderá implicar a fusão, cisão, criação de novos títulos e privatização das estatais”.